

RELATÓRIO ANUAL 2018

VERSÃO COMPLETA



RANDONPREV

INTRODUÇÃO

O relatório anual é um documento muito importante que o RandonPrev prepara anualmente para que você possa acompanhar a situação do seu plano de aposentadoria e da Entidade. Assim, você se mantém bem informado sobre esse valioso investimento que está fazendo para o seu futuro!

Nas próximas páginas, você verá, de forma detalhada, informações sobre a evolução do patrimônio e do número de participantes do RandonPrev, os resultados dos investimentos e como eles foram realizados, quais foram os gastos com a administração e também um parecer final de profissionais especializados sobre a situação financeira do plano no fechamento de 2018.

Também foi elaborada uma versão resumida do relatório anual, com as principais informações do relatório completo, para uma leitura rápida e dinâmica. Leia o relatório resumido no site do RandonPrev (www.randonprev.com.br).

Aproveite a leitura!



SUMÁRIO

Clique nos números das páginas
para acessá-las diretamente.



5 MENSAGEM DA DIRETORIA

7

MEMBROS DOS CONSELHOS E DIRETORIA

8 PERFIL RANDONPREV

PATRIMÔNIO 9

PERFIL RANDONPREV 10

DESPESAS 11

12 INFORMAÇÕES SOBRE OS INVESTIMENTOS

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 13

RESUMO DOS INVESTIMENTOS 19

AVALIAÇÃO DO GESTOR 20

Clique nos números das páginas
para acessá-las diretamente.



24

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL [25](#)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL [26](#)

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA [27](#)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO [28](#)

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO [29](#)

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS [30](#)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS [31](#)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS [54](#)

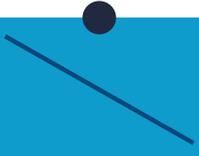
PARECER DO CONSELHO FISCAL [58](#)

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO [59](#)

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS RANDONPREV [61](#)

75

ALTERAÇÕES NAS REGRAS



MENSAGEM DA DIRETORIA

EXPECTATIVAS PARA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O ano de 2018 foi bastante intenso quando falamos dos cenários econômico e político. A recuperação lenta da economia brasileira e o desemprego ainda elevado foram marcantes no contexto do país. A inflação permaneceu controlada, mas a disparada do preço dos combustíveis pesou no bolso do brasileiro e no custo dos transportes, e foi um dos fatores responsáveis pela greve dos caminhoneiros, que paralisou o país por 11 dias, afetando a produção, o consumo e o PIB de 2018, que ficou novamente em 1,1%, assim como em 2017.

O cenário político foi ainda mais conturbado. Começou de forma bastante difusa, com 13 candidatos à presidência, e logo provocou uma polarização sem precedentes no Brasil. Em resumo, foi um ano volátil e desafiador, de muitas idas e vindas na economia e incertezas políticas.

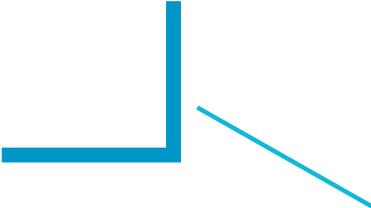
Todo esse cenário de constantes adequações demandou uma diligência ainda maior na administração dos nossos investimentos. Mantivemo-nos atentos ao que o mercado apresentava para nos adequar às mudanças, manter nossos custos administrativos e nosso patrimônio de forma conservadora.



E 2019 já começou com uma discussão importante no quadro político: a reforma da previdência, novamente, que já vem causando muita expectativa na população, tanto positiva, quanto negativa. Independentemente de preferência política, essa é uma pauta de extrema relevância para o nosso país. Mudanças são necessárias para evitar o colapso desse setor e garantir o futuro dos brasileiros. Nesse contexto, convidamos nossos participantes a uma reflexão sobre a importância do plano de previdência oferecido pelo RandonPrev, que é um benefício ainda para poucos no Brasil. Aproveite a oportunidade que você tem e prepare-se da melhor forma para o seu futuro.

É IMPORTANTE QUE VOCÊ AVALIE PERIODICAMENTE SUAS ESCOLHAS E ACOMPANHE MENSALMENTE OS RESULTADOS DO SEU PLANO, O QUE PODE SER FEITO POR MEIO DO SITE DA ENTIDADE. ACOMPANHE, NAS PRÓXIMAS PÁGINAS DESSE RELATÓRIO ANUAL, MAIS DETALHES DO NOSSO ANO DE 2018.

BOA LEITURA!



MEMBROS DOS CONSELHOS E DIRETORIA

MANDATO: 2016/2019

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Alexandre Randon

Vice-Presidente

Alexandre Dorival Gazzi

Conselheiros

Daniel Randon

Anderson Pontalti

Suplentes

Augusto Giongo Letti

Esdânio Nilton Pereira

Ricardo Escoboza

Norberto José Fabris

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Superintendente

Ademar Salvador

Diretores

Jaime Marchet

Sérgio Martins Barbosa

Rui de Oliveira Bueno

CONSELHO FISCAL

Presidente

Luiz Carlos de Lima

Conselheiros

Dionéia Canal

Paulo S. Izaguirre Trindade

Suplentes

Maristela Pellin

Roberto Carlos Pezzi

Gleidson de Carvalho Cearon

PERFIL DO RANDONPREV



O Randonprev é a Entidade de previdência que administra o plano de aposentadoria criado exclusivamente para os funcionários das empresas Randon no Brasil. Veja nossos números em 31/12/2018:

PARTICIPANTES

10.461
Total em 2018



ATIVOS

10.014

Atuais funcionários da Randon que aderiram ao plano

AUTOPATROCINADOS

123

Ex-funcionários da Randon que decidiram continuar contribuindo para o plano

BPDS

66

Ex-funcionários da Randon que continuam no plano, sem contribuir, aguardando o benefício

ASSISTIDOS

258

Ex-funcionários da Randon, ou seus pensionistas, que recebem o benefício de aposentadoria pelo plano

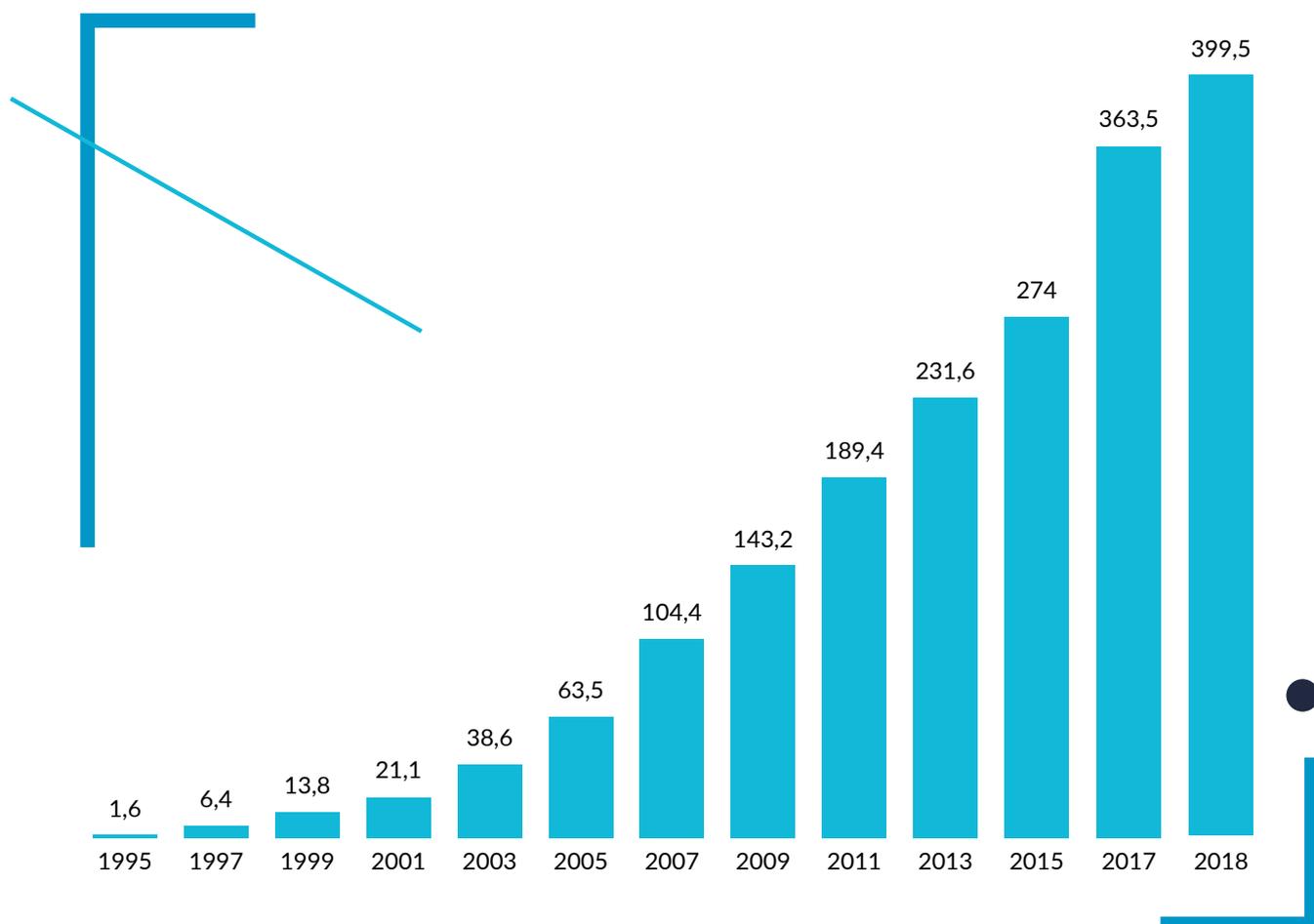
PATRIMÔNIO

R\$ 399,5 MILHÕES

em dezembro de 2018

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO

(EM MILHÕES DE R\$)

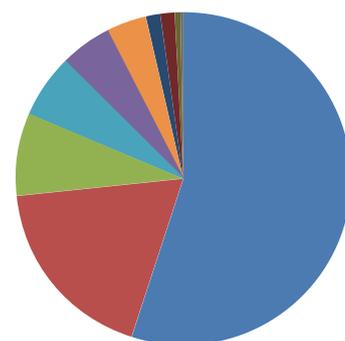


DESPESAS

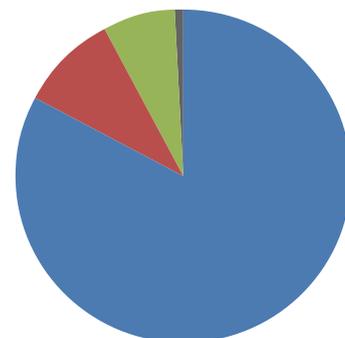
R\$ 3,6 MILHÕES
Total em 2018

(EM R\$)

Administração da Entidade	R\$	%
Pessoal e encargos	1.312.444,38	55,16
Gestão/Planejamento estratégico	434.534,71	18,26
Tributos	194.502,38	8,17
Despesas gerais	146.673,77	6,16
Consultoria jurídica	118.936,89	5,00
Consultoria atuarial	87.635,32	3,68
Auditoria contábil	35.628,83	1,50
Viagens/Estádias/Eventos	30.570,98	1,29
Recursos humanos	18.064,39	0,76
Depreciações e amortizações	441,84	0,02
TOTAL	2.379.433,49	100,00



Administração dos Investimentos	R\$	%
Gestão/Planejamento estratégico	1.022.267,12	82,82
Consultoria dos investimentos	118.878,18	9,63
Tributos	91.405,59	7,41
Administração dos investimentos	1.723,37	0,14
TOTAL	1.234.274,26	100,00



INFORMAÇÕES SOBRE OS INVESTIMENTOS



RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

PLANO DE BENEFÍCIOS RANDONPREV

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por Plano/Segmento

Período de Referência: 01/2018 a 12/2018

Participação %	Plano / Segmento	% Indexador	Indexador	Taxa de juros % a.a.
60,00	Plano	100,00	IMA Geral	0,00
25,00	Plano	100,00	IMA-S	0,00
15,00	Plano	100,00	IBrX	0,00
70,00	Renda Fixa	100,00	IMA Geral	0,00
30,00	Renda Fixa	100,00	IMA-S	0,00
100,00	Renda Variável	100,00	IBrX	0,00
100,00	Investimentos Estruturados	100,00	DI-CETIP	0,00
90,00	Investimentos no Exterior	100,00	MSCI-World	0,00
10,00	Investimentos no Exterior	100,00	DI-CETIP	0,00

DOCUMENTAÇÃO / RESPONSÁVEIS

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2018 a 31/12/2018	Plano	Ademar Salvador	220.575.790-34	Diretor

CONTROLE DE RISCO

RISCO DE MERCADO

Também conhecido como volatilidade é a possibilidade de ocorrerem perdas devido às oscilações nos preços dos ativos do mercado financeiro, como ações, taxas de juro e taxas de câmbio, por exemplo.

RISCO DE LIQUIDEZ

Liquidez é a facilidade ou a dificuldade em vender um ativo. O risco é proveniente quando é impossível se desfazer de um ativo, sendo necessário reduzir o seu valor para ter acesso mais rápido ao dinheiro.

RISCO DE CONTRAPARTE

Ocorre quando existe a possibilidade de que uma parte do negócio não cumpra as suas obrigações contratuais.

RISCO LEGAL

Caso uma parte sofra uma perda porque as leis ou regulações não dão suporte às regras e interesses que são mantidos pelo sistema de liquidação.

RISCO OPERACIONAL

É a possibilidade de perdas por falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas relacionados ao investimento em questão.

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Não	Dispõe de Manual: Não
Possui modelo proprietário de risco: Sim	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Não	

Observação: Todos os ativos são marcados a Mercado. Como a gestão é totalmente terceirizada, a responsabilidade do apreçamento dos ativos é dos gestores e custodiantes. Os controles de risco são realizados pelos gestores e acompanhados através de relatórios elaborados por consultoria especializada.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO

Período de Referência: 01/2018 a 12/2018

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
Renda Fixa	45,00	100,00	75,00
Renda Variável	0,00	45,00	15,00
Investimentos Estruturados	0,00	10,00	5,00
Investimentos no Exterior	0,00	10,00	5,00

- A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? **Sim**
- Utiliza derivativos? **Sim**
- Avaliação prévia dos riscos envolvidos? **Sim**
- Existência de sistemas de controles internos? **Sim**

Observação: A Entidade realiza avaliação prévia dos riscos envolvidos na definição da alocação estratégica nas diferentes classes de ativos, como apoio de consultoria de investimentos no momento da definição da PI. A avaliação prévia dos riscos envolvidos na alocação dos ativos e derivativos é de responsabilidade dos gestores dos recursos, devendo seguir as diretrizes definidas na PI.

PERFIS DE INVESTIMENTO

Perfil	Segmento	Mínimo %	Máximo %
Conservador	Renda Fixa	80,00	100,00
	Inv. Estruturados	0,00	10,00
	Inv. no Exterior	0,00	10,00
Moderado	Renda Fixa	65,00	85,00
	Renda Variável	15,00	25,00
	Inv. Estruturados	0,00	10,00
Agressivo	Inv. no Exterior	0,00	10,00
	Renda Fixa	45,00	75,00
	Renda Variável	25,00	45,00
	Inv. Estruturados	0,00	10,00
	Inv. no Exterior	0,00	10,00

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Indexador por Plano/Segmento

Período de Referência: 01/2018 a 12/2018

Participação %	Plano / Segmento	% Indexador	Indexador	Taxa de juros % a.a.
56,00	Plano	100,00	IMA Geral	0,00
24,00	Plano	100,00	IMA-S	0,00
20,00	Plano	100,00	IBrX	0,00
70,00	Renda Fixa	100,00	IMA Geral	0,00
30,00	Renda Fixa	100,00	IMA-S	0,00
100,00	Renda Variável	100,00	IBrX	0,00
100,00	Investimentos Estruturados	100,00	DI-CETIP	0,00
90,00	Investimentos no Exterior	100,00	MSCI-World	0,00
10,00	Investimentos no Exterior	100,00	DI-CETIP	0,00

DOCUMENTAÇÃO / RESPONSÁVEIS

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2018 a 31/12/2018	Plano	Ademar Salvador	220.575.790-34	Diretor

CONTROLE DE RISCO

RISCO DE MERCADO

Também conhecido como volatilidade é a possibilidade de ocorrerem perdas devido às oscilações nos preços dos ativos do mercado financeiro, como ações, taxas de juro e taxas de câmbio, por exemplo.

RISCO DE LIQUIDEZ

Liquidez é a facilidade ou a dificuldade em vender um ativo. O risco é proveniente quando é impossível se desfazer de um ativo, sendo necessário reduzir o seu valor para ter acesso mais rápido ao dinheiro.

RISCO DE CONTRAPARTE

Ocorre quando existe a possibilidade de que uma parte do negócio não cumpra as suas obrigações contratuais.

RISCO LEGAL

Caso uma parte sofra uma perda porque as leis ou regulações não dão suporte às regras e interesses que são mantidos pelo sistema de liquidação.

RISCO OPERACIONAL

É a possibilidade de perdas por falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas relacionados ao investimento em questão.

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Não	Dispõe de Manual: Não
Possui modelo proprietário de risco: Sim	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Não	

Observação: Todos os ativos são marcados a Mercado. Como a gestão é totalmente terceirizada, a responsabilidade do apreçamento dos ativos é dos gestores e custodiantes. Os controles de risco são realizados pelos gestores e acompanhados através de relatórios elaborados por consultoria especializada.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO

Período de Referência: 01/2018 a 12/2018

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
Renda Fixa	65,00	85,00	75,00
Renda Variável	15,00	25,00	15,00
Investimentos Estruturados	0,00	10,00	5,00
Investimentos no Exterior	0,00	10,00	5,00

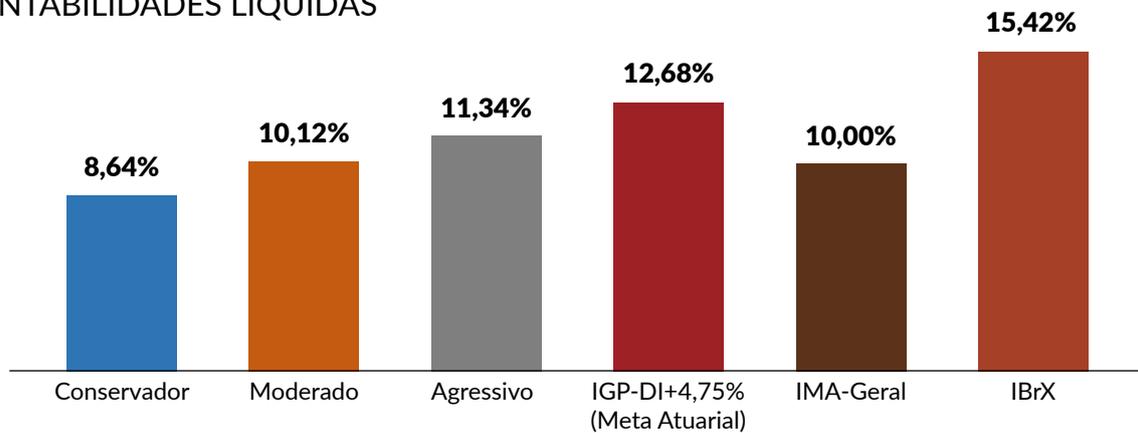
- A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Sim
- Utiliza derivativos? Sim
- Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim
- Existência de sistemas de controles internos? Sim

Observação: A Entidade realiza avaliação prévia dos riscos envolvidos na definição da alocação estratégica nas diferentes classes de ativos, como apoio de consultoria de investimentos no momento da definição da PI. A avaliação prévia dos riscos envolvidos na alocação dos ativos e derivativos é de responsabilidade dos gestores dos recursos, devendo seguir as diretrizes definidas na PI.

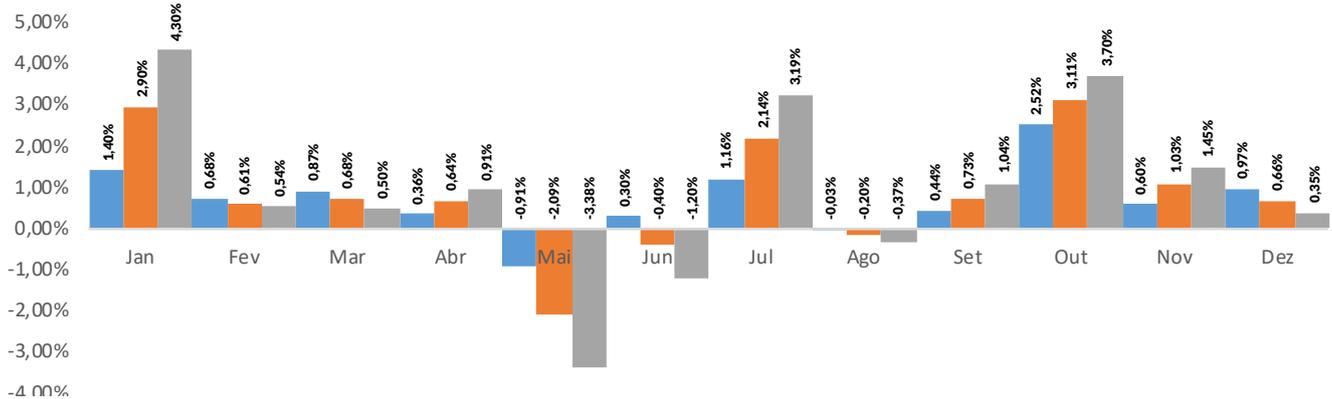
RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS

PERFIS DE INVESTIMENTO

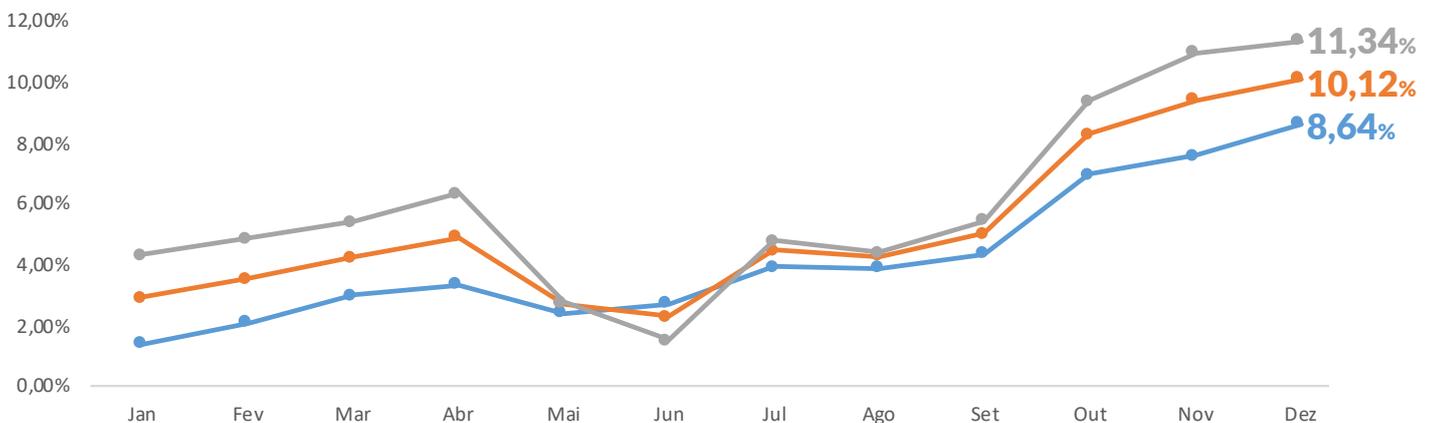
RENTABILIDADES LÍQUIDAS



MENSAL



ACUMULADO MÊS A MÊS



Conservador Moderado Agressivo

COMENTÁRIOS DO GESTOR SOBRE OS PERFIS DE INVESTIMENTO

CONSERVADOR

Com seu patrimônio composto por renda fixa (89%) e estruturados (11%) este perfil teve retorno de 9,75% no ano de 2018, sendo um pouco puxado para baixo pelo segmento de fundos estruturados que atingiu retornos inferiores aos de renda fixa. Tratando-se de um perfil que toma baixo risco num ano que o mercado apresentou volatilidade alta devido a diversos eventos (greve dos caminhoneiros, eleições, etc.) o retorno observado foi estável ao longo do ano.

MODERADO

Este perfil obteve um sólido retorno de 11,16% no ano de 2018, isso foi se deu por conta da diversificação dos seus ativos e pelo maior risco tomado. No perfil moderado a alocação ficou em torno de 18% do perfil, performando acima da mediana de mercado, nos segmentos de estruturados e exterior, performaram aquém do esperado, porém possui menor representatividade.

AGRESSIVO

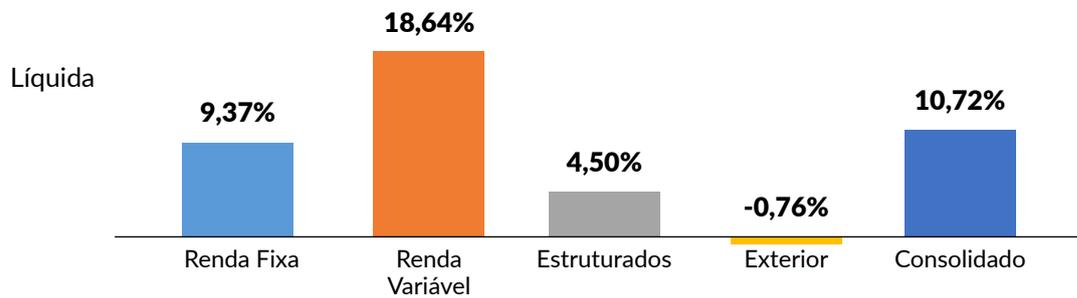
Este perfil, por sua vez, obteve o melhor retorno dentro dos 3 perfis da Randonprev, atingindo a cerca de 12,52% no ano. Esse retorno foi possível, dado o maior risco tomado, com uma alocação mais agressiva (maior representatividade no segmento de renda variável), em um ano que teve maior volatilidade, conforme explicado acima, foi possível obter bons ganhos em função das ondas de otimismo que o mercado acionário sofreu, principalmente no período pós definição eleitoral.

Nota: as rentabilidades mencionadas são as brutas.

RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS

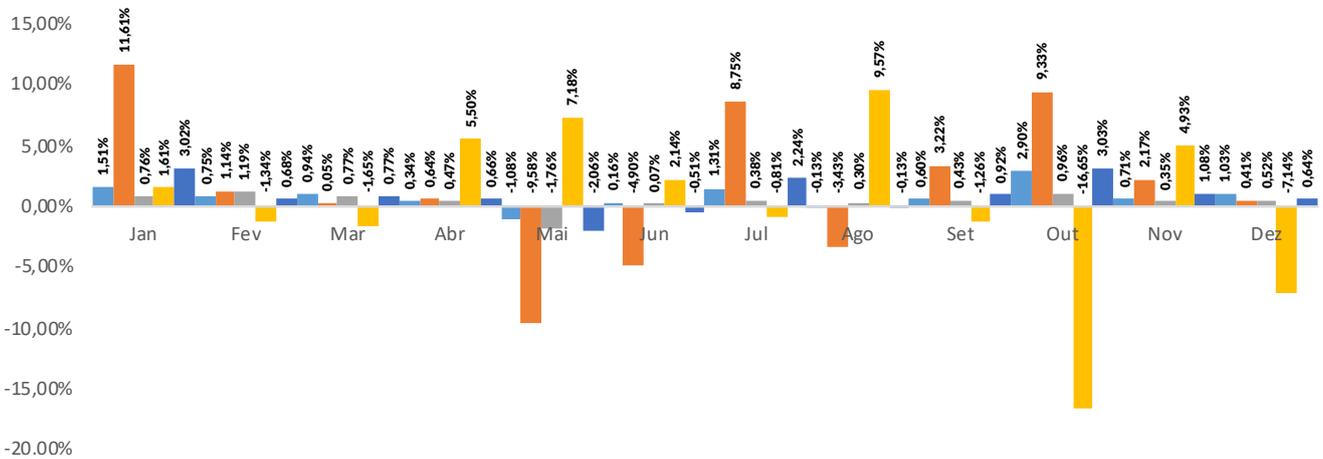
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

RENTABILIDADES LÍQUIDAS

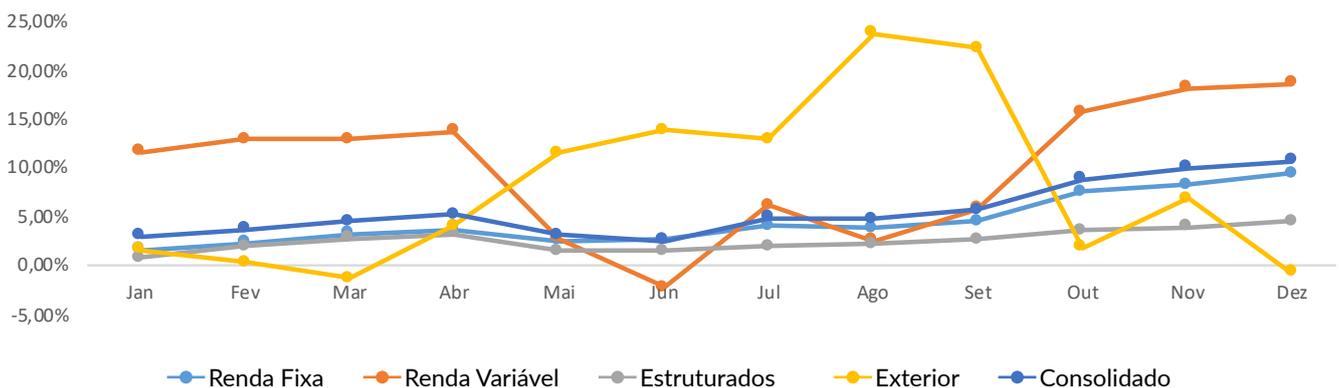


Bruta	9,39%	20,97%	4,50%	-0,76%	11,02%
-------	-------	--------	-------	--------	--------

MENSAL



ACUMULADO MÊS A MÊS



FUNDOS DE INVESTIMENTO*

Western Asset		Rentabilidade
Renda Fixa	Western Asset Sovereign II Selic RF FI ⁵	0,99%

Rio Bravo		Rentabilidade
Renda Fixa	Fundo de Investimento Imobiliário Rio Bravo Renda Corporativa	-6,34%

Bradesco		Rentabilidade
	Bradesco FI Multimerc Plus	6,70%
Renda Fixa	Bram FI RF Ima Geral	10,36%
	Bram Institucional FI RF IRF-M	10,98%
	Renda Variável	18,23%
Renda Variável	Bradesco FIA Small Cap Plus ¹	8,35%
	Bradesco FIA Selection ¹	1,34%
Estruturados	Bradesco H FI Multimerc Macro ²	1,42%
	Bradesco FIC FIM Macro ³	3,08%
Exterior	Bradesco Global FI em Ações Investimento no Exterior	0,12%
	Bradesco FI Multimerc Investimento no Exterior Yield Explorer	3,74%

Itaú Unibanco		Rentabilidade
	Itaú Vértice C RF - FI	12,51%
	Itaú-Unibanco Fidelidade W3 RF FI	7,05%
	Itaú Verso M RF FI	10,84%
	Itaú Verso B RF FI	13,29%
Renda Fixa	Itaú RF Juros Ocean FI	8,47%
	Itaú Verso P Créd Priv RF FI ⁴	5,46%
	Itaú Verso E RF FI ⁴	6,42%
	Itaú Verso JM MM FI ⁵	3,25%
	Itaú Verso RF DI LP FI	6,42%
	Itaú Soberano RF DI LP	6,26%
		Itaú Index Ações Ibrx - FI
Renda Variável	Itaú Institucional Ações Phoenix FI	26,02%
	Itaú Fof Rpi 30 Ações Ibovespa Ativo FICFI	17,84%
	Kínea Pipe FI em Ações ⁴	-63,79%
	Itaú Caixa Ações FI	15,18%
Estruturados	Itaú Hedge Plus Multimerc FICFI	20,54%
	Itaú Hedge Multimerc - FI	10,79%
	Itaú Verso U MM FI ⁵	2,26%
	Kínea PE IV Feeder Inst II FIP ME ³	-33,70%
Exterior	Fof Multi Global Equities Multimerc Invest no Exterior FICFies	5,48%
	Itaú US Equities II FI Cotas FI Ações Invest no Exterior	8,66%

Notas:

(1) desde novembro/2018

(2) até maio/2018

(3) desde junho/2018

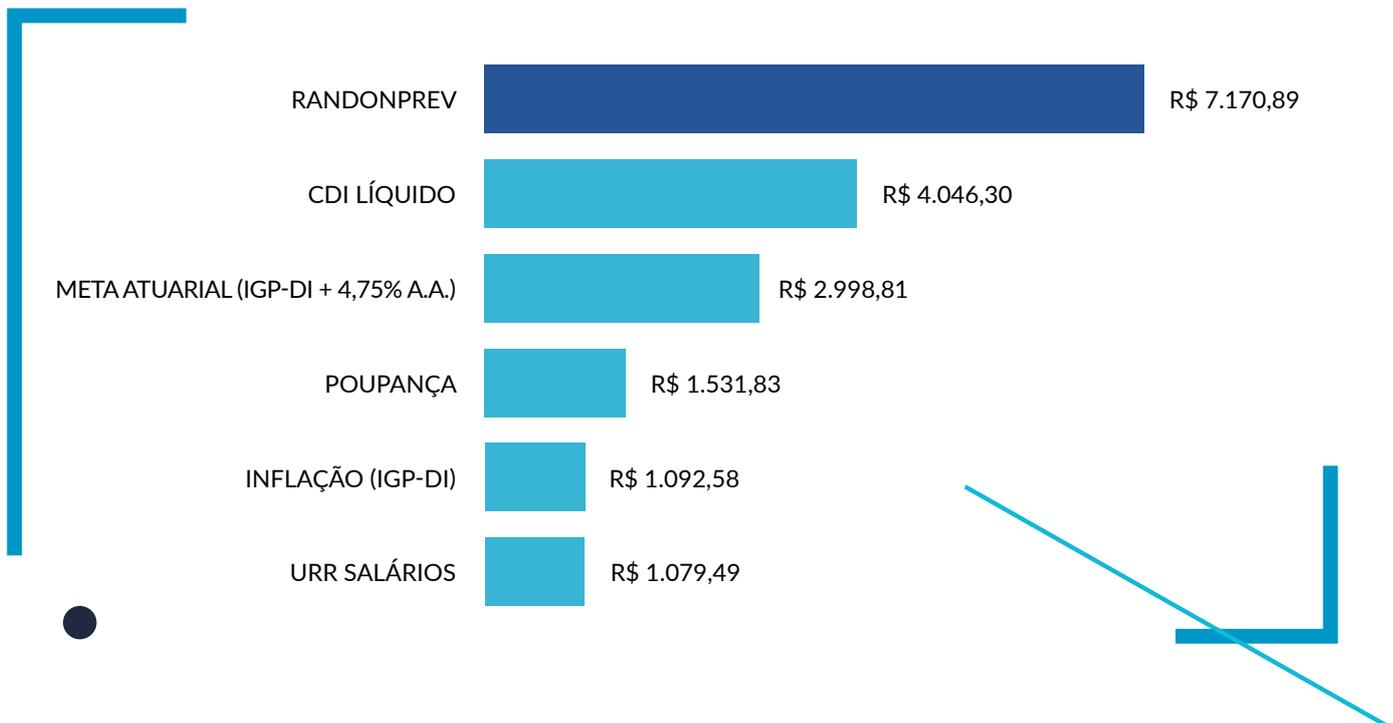
(4) até outubro/2018

(5) desde outubro/2018

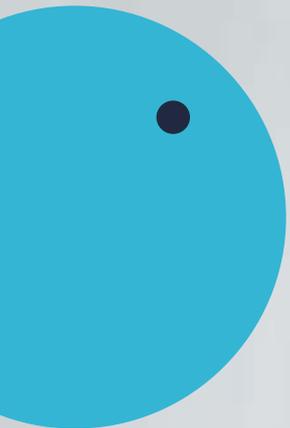
SÉRIE HISTÓRICA

Veja, abaixo, o retorno que o RandonPrev proporcionou aos seus participantes em comparação com outros investimentos, desde o início do Plano, em 10 de junho de 1994, até 31 de dezembro de 2018.

Considerando um aporte único de R\$ 100,00 em 10 de junho de 1994, você teria, agora:



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

EM MILHARES DE REAIS

Ativo	2018	2017
Disponível	20	4
Realizável	401.107	365.105
Gestão Previdencial	3.973	4.725
Gestão Administrativa	5.534	1.607
Investimentos	391.600	358.773
Ações	43.980	33.419
Fundos de Investimentos	347.620	325.354
Permanente	-	1
Imobilizado	-	1
TOTAL DO ATIVO	401.127	365.110

Passivo	2018	2017
Exigível operacional	1.613	1.591
Gestão Previdencial	1.232	1.227
Gestão Administrativa	313	364
Investimentos	68	-
Patrimônio Social	399.514	363.519
Patrimônio de Cobertura do Plano	369.791	351.114
Provisões matemáticas	368.298	336.923
Benefícios concedidos	179.550	163.920
Benefícios a conceder	188.748	173.003
Equilíbrio Técnico	1.493	14.191
Resultados realizados	1.493	14.191
Superávit técnico acumulado	1.493	14.191
Fundos	29.723	12.405
Fundos Previdenciais	22.757	7.766
Fundos Administrativos	6.966	4.639
TOTAL DO PASSIVO	401.127	365.110

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

CONSOLIDADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

EM MILHARES DE REAIS

	2018	2017	Variação %
A) Patrimônio Social - início do exercício	363.519	318.565	14,11%
1. Adições	54.090	62.323	-13,21%
(+) Contribuições Previdenciais	12.430	11.371	9,31%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	35.719	46.101	-22,52%
(+) Receitas Administrativas	5.395	4.323	24,80%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	546	528	3,41%
2. Destinações	(18.095)	(17.369)	4,18%
(-) Benefícios	(14.482)	(14.102)	2,69%
(-) Despesas Administrativas	(3.613)	(3.267)	10,59%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	35.995	44.954	-19,93%
(+/-) Provisões Matemáticas	31.375	31.397	-0,07%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(12.698)	10.136	-225,28%
(+/-) Fundos Previdenciais	14.991	1.836	716,50%
(+/-) Fundo Administrativo	2.327	1.585	46,81%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	399.514	363.519	9,90%

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

EM MILHARES DE REAIS

	2018	2017	Varição %
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	4.638	3.054	51,87%
1. Custeio da Gestão Administrativa	5.941	4.851	22,47%
1.1. Receitas	5.941	4.851	22,47%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	4.161	3.142	32,43%
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.234	1.146	7,68%
Resultado Positivo dos Investimentos	546	528	3,41%
Outras Receitas	-	35	-100,00%
2. Despesas Administrativas	(3.613)	(3.267)	10,59%
2.1. Administração Previdencial	(2.379)	(2.121)	12,16%
Pessoal e encargos	(1.313)	(1.184)	10,90%
Treinamentos, congressos e seminários	(12)	(19)	-36,84%
Viagens e estadias	(18)	(26)	-30,77%
Serviços de terceiros	(752)	(654)	14,98%
Despesas gerais	(89)	(69)	28,99%
Tributos	(195)	(169)	-100,00%
2.2. Administração dos Investimentos	(1.234)	(1.146)	7,68%
Serviços de terceiros	(1.143)	(1.066)	7,22%
Tributos	(91)	(80)	-100,00%
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	2.328	1.584	46,97%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	2.328	1.584	46,97%
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+5)	6.966	4.638	50,19%

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

PLANO DE BENEFÍCIO RANDONPREV

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

EM MILHARES DE REAIS

	2018	2017	Variação %
1. Ativos	401.127	365.110	9,86%
Disponível	20	4	400,00%
Recebível	9.507	6.332	50,14%
Investimento	391.600	358.773	9,15%
Ações	43.980	33.419	31,60%
Fundos de Investimentos	347.620	325.354	6,84%
Permanente	-	1	-100,00%
2. Obrigações	1.613	1.591	1,38%
Operacional	1.613	1.591	1,38%
3. Fundos não previdenciais	6.966	4.639	50,16%
Fundos Administrativos	6.966	4.639	50,16%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	392.548	358.880	9,38%
Provisões Matemáticas	368.298	336.923	9,31%
Superávit/Déficit Técnico	1.493	14.191	-89,48%
Fundos Previdenciais	22.757	7.766	193,03%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

PLANO DE BENEFÍCIO RANDONPREV

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

EM MILHARES DE REAIS

	2018	2017	Variação %
A) Ativo Líquido - início do exercício	358.880	315.510	13,75%
1. Adições	48.149	60.615	-20,57%
(+) Contribuições	12.430	14.514	-14,36%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	35.719	46.101	-22,52%
2. Destinações	(18.643)	(17.245)	8,11%
(-) Benefícios	(14.482)	(14.102)	2,69%
(-) Custeio Administrativo	(4.161)	(3.143)	32,39%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	29.506	43.370	-31,97%
(+/-) Provisões Matemáticas	31.375	31.398	-0,07%
(+/-) Fundos Previdenciais	14.991	1.836	716,50%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(12.698)	10.136	-225,28%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	388.386	358.880	8,22%
C) Fundos não previdenciais	6.966	4.639	50,16%
(+/-) Fundos Administrativos	6.966	4.639	50,16%

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

PLANO DE BENEFÍCIO RANDONPREV

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

EM MILHARES DE REAIS

	2018	2017	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	393.780	360.107	9,35%
1. Provisões Matemáticas	368.298	336.923	9,31%
1.1. Benefícios Concedidos	179.550	163.920	9,54%
Contribuição Definida	179.550	163.898	9,55%
Benefício Definido	-	22	-100,00%
1.2. Benefícios a Conceder	188.748	173.003	9,10%
Contribuição Definida	181.632	166.562	9,05%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	67.903	61.753	9,96%
Saldo de Contas - parcela participantes	113.729	104.809	8,51%
Benefício Definido	7.116	6.441	10,48%
2. Equilíbrio Técnico	1.493	14.191	-89,48%
2.1. Resultados Realizados	1.493	14.191	-89,48%
Superávit técnico acumulado	1.493	14.191	-89,48%
Reserva de contingência	1.493	1.319	13,19%
Reserva para revisão de plano	-	12.872	100,00%
3. Fundos	22.757	7.766	193,03%
3.1. Fundos Previdenciais	22.757	7.766	193,03%
4. Exigível Operacional	1.232	1.227	0,41%
4.1. Gestão Previdencial	1.232	1.227	0,41%

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Randonprev Fundo de Pensão é uma entidade fechada de previdência complementar (“EFPC”), sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com seu funcionamento autorizado pela portaria nº 1.074 de 25 de abril de 1994 e operando a partir de 10 de junho de 1994.

O objetivo da Entidade é a administração e execução do plano benefícios de natureza previdenciária, conforme definido no seu Regulamento do Plano de Benefícios.

Os benefícios concedidos pelo plano são os seguintes: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefício mínimo.

Os recursos necessários ao atendimento dos objetivos da Randonprev são originados por contribuições de suas patrocinadoras, participantes e dos rendimentos resultantes das aplicações destes recursos.

O Plano de Benefícios Randonprev foi constituído na modalidade de Contribuição Variável, sendo um Plano de Contribuição Definida e tendo uma parcela de Benefício Definido, sob o CNPB nº. 1994.0002-11.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefícios Randonprev são:

- DRAMD Participações e Administração Ltda.
- Randon S.A. - Implementos e Participações
- Randon Implementos para o Transporte Ltda.
- Raul Anselmo Randon
- Rasip Alimentos Ltda.
- Master Sistemas Automotivos Ltda.
- Randon Administradora de Consórcios Ltda.
- Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.

- Fras-Le S.A.
- Randonprev Fundo de Pensão
- RAR Corretora de Seguros Ltda.
- Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.
- Caixa de Assistência Sistema Saúde Integral - SSI Saúde
- Associação Esportiva e Recreativa Randon - SER Randon
- Cooperativa E.C.M.E dos Empregados das Empresas Randon
- Instituto Elisabetha Randon
- Banco Randon S.A.
- Freios Controil Ltda.
- Instituto Hercílio Randon
- Randon Veículos Ltda.

O plano de benefícios administrado pelo Randonprev está adequado aos novos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate e autopatrocínio, conforme disposto na Resolução CGPC nº 6 de 30 de outubro de 2003, sendo aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC em 30 de novembro de 2005 de acordo com o Ofício 2.270/SPC/DETEC/CGAT.

As patrocinadoras Instituto Hercílio Randon e Randon Veículos Ltda., efetuaram adesão ao plano da Randonprev em novembro e dezembro de 2018, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2018, o Randonprev conta com 10.014 (9.624 em 31 de dezembro de 2017) participantes e 258 (242 em 31 de dezembro de 2017) em gozo de benefícios.

A partir de 1º de abril de 2012 iniciou-se a operacionalização dos perfis de investimento da Randonprev utilizando as opções realizadas pelos participantes e assistidos por um dos perfis de investimento: agressivo, conservador ou moderado. Os participantes que já estejam recebendo benefício sob a forma de renda mensal vitalícia pelo plano tiveram seus recursos alocados no perfil conservador.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Entidade estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da demonstração do fluxo de caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdenciais, assistencial (quando for o caso), administrativa e de investimentos, proporcione informações adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

A Administração autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 23 de março de 2018 as quais foram elaborados e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (CNPC), aprovadas pelo Conselho Federal de contabilidade - CFC em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor para as EFPCs, observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

A) APURAÇÃO DO RESULTADO

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebido em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

As contribuições dos autopatrocinados e participantes vinculados diferidos (BPD) são registradas pelo regime de caixa, por ocasião do recebimento conforme prazo previsto no regulamento do plano de benefícios.

B) ATIVO REALIZÁVEL

Gestão previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e participantes.

Gestão administrativa

O realizável da gestão administrativa é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

REALIZÁVEL – PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC estabeleceu critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, cujos efeitos foram reconhecidos no resultado do exercício.

Os limites operacionais de aplicações dos recursos da Entidade foram estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.792 de 24 de setembro de 2009, revogada pela Resolução CMN nº 4.611 de 25 de maio de 2018.

A avaliação e classificação dos títulos e valores mobiliários são efetuadas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 e suas atualizações, conforme segue:

TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

registra os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de provável realização.

TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco do país, os quais serão avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os investimentos em Renda Fixa estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do exercício e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas. As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

As aplicações em fundos de Renda Variável estão demonstradas pelos valores de realização, considerando o valor das cotas na data-base das demonstrações contábeis. As aplicações em ações são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas de corretagem e outras taxas incidentes, sendo avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação foi negociada em Bolsa de Valores, conforme passou a determinar a Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008. Em caso de não haver negociação nos últimos seis meses, a avaliação é efetuada pelo valor patrimonial da ação, deduzidas as provisões para perdas, quando aplicável. Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, são adotados os seguintes critérios:

- I. Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Anbima;
- II. Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores; e
- III. Fundos de investimentos, pelo valor da cota na data do balanço, informada pelo administrador do fundo.

C) CUSTÓDIA DE TÍTULOS

As aplicações no segmento de Renda Fixa estão registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) e os investimentos em ações estão registrados na Cia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), por meio do Banco Bradesco S.A. e Banco Itaú S.A., em atendimento a Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, revogada pela Resolução CMN nº 4.611 de 25 de maio de 2018.

D) EXIGÍVEL OPERACIONAL

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestações de serviços de terceiros por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais.

E) PATRIMÔNIO SOCIAL - PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas são constituídas de acordo com os cálculos efetuados por atuário independente, em conformidade com os critérios fixados pela Superintendência de Previdência Complementar - PREVIC, do Ministério da Previdência Social - MPS.

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Referem-se ao valor atuarialmente calculado, dos compromissos líquidos correspondentes a benefícios a pagar aos participantes já em gozo do benefício.

BENEFÍCIOS DO PLANO COM A GERAÇÃO ATUAL

Referem-se ao valor, atuarialmente calculado, dos compromissos líquidos correspondentes a benefícios a conceder aos participantes.

PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR

Corresponde a parcela a integralizar relativa aos benefícios concedidos e a conceder apurada por ocasião da avaliação atuarial, conforme disposto na Resolução nº 11 de 5 de setembro de 2002.

BENEFÍCIOS A CONCEDER

Correspondem a totalidade dos saldos efetivamente acumulados nas contas previdenciárias de participantes que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada e das reservas relativas aos benefícios de risco.

EQUILÍBRIO TÉCNICO

Todo excedente ou insuficiência patrimonial é registrado na conta de Equilíbrio técnico respeitando às disposições do plano de contas e em conformidade com a Resolução da CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008, revogada pela Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018.

F) RECEITAS ADMINISTRATIVAS

Atendendo à determinação legal contida nas Resoluções CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, revogada pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas da Fundação são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

G) OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, que revogou a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e com a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, os registros das operações administrativas são efetuados por meio do Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) e reembolsos (Assistenciais) administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, assistencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo não caracteriza obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da RandonPrev são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

Em atendimento a Resolução CGPC nº 29 de 31 de agosto de 2009, a Resolução CNPC Nº 29, de 13 de abril de 2018 (que revogou a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011) e a Resolução CNPC nº 28 de 6 de dezembro de 2017, a Randonprev elaborou o regulamento próprio do Plano de Gestão Administrativa – PGA sendo o mesmo aprovado pelo Conselho Deliberativo, observando os aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos administrativos da Entidade. A entidade também constitui fundo administrativo próprio com recursos provenientes de receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

H) TRIBUTAÇÃO

Imposto de Renda - A Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, revogou a MP nº 2222, de 4 de setembro de 2001, que havia criado o Regime Especial de Tributação - RET, dispensando a partir de 1º de janeiro de 2005 a retenção na fonte e o pagamento em separação do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das entidades fechadas de previdência complementar. A referida legislação criou também, um novo regime de tributação, facultando aos participantes de planos de Entidade Fechada de Previdência Complementar estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou benefícios de renda, sejam tributados no imposto de renda na fonte:

- I. Por uma nova tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios, ou
- II. Por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

PIS/COFINS - Calculadas à alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitados aos rendimentos das aplicações proporcionadas pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

I) ESTIMATIVAS ATUARIAIS E CONTÁBEIS

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2018 e 2017, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo.

4. DISPONÍVEL

Representado por depósitos à vista nas seguintes instituições financeiras:

	2018	2017
Imediato		
Banco Bradesco S.A.	14	2
	14	2
Vinculado		
Banco Itaú S.A.	5	2
	19	4

5. REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL

	2018	2017
Recursos a receber		
Patrocinadoras	27	1.737
Participantes	3.943	2.984
Autopatrocinados	1	1
Outros realizáveis	2	3
	3.973	4.725

Refere-se às contribuições a receber dos participantes do plano e das patrocinadoras referente principalmente a competência do mês anterior.

6. REALIZÁVEL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

	2018	2017
Contribuição para Custeio - Patrocinador	5.475	1.538
Contribuição para Custeio - Autopatrocinados	20	20
Contribuição para Custeio - BPD	10	10
Outros recursos a receber	-	1
Tributos a compensar	15	13
Outros realizáveis	14	25
	5.534	1.607

A totalidade do valor de R\$ 14 (R\$ 25 em 31 de dezembro de 2017) da rubrica outros realizáveis, refere-se a adiantamento de férias, adiantamento de despesas e tributos a compensar.

7. REALIZÁVEL - INVESTIMENTOS

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Os investimentos são efetuados de acordo com diretrizes estabelecidas na política de investimentos. A Randonprev classificou todos os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira de investimentos como títulos para negociação.

	Natureza	2018	2017
Fundos de Investimentos (i)			
Renda Fixa	Privada	196.062	205.937
Ações	Privada	34.614	39.902
Multimercado	Privada	113.424	75.526
Imobiliário	Privada	3.520	3.989
		347.620	325.354

	Natureza	2018	2017
Ações			
Ações no mercado à vista (ii)	Privada	43.667	33.211
Valores a receber	Privada	20	-
Juros/Dividendos a receber	Privada	293	208
		43.980	33.419
		391.600	358.773

(i) Os Fundos de Investimento Financeiros não são exclusivos da Randonprev.

(ii) Referem-se a ações de primeira linha com marcação diária e negociações frequentes no mercado de ações.

DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

Fundo	Administrador	2018
Itaú Hedge FI	Banco Itaú S.A.	10.991
Itaú Vértice C RF FI	Banco Itaú. S.A.	2.041
Itaú INDEX ACOES FI	Banco Itaú S.A.	6.556
Itaú US EQUI II FICFIA IE	Banco Itaú S.A.	1.871
Itaú IT INST A PHOENIX FI	Banco Itaú S.A.	2.532
Itaú HEDGE FI	Banco Itaú S.A.	6.538
Itaú - IU FID W3 FIM	Banco Itaú S.A.	12.004
Itaú - FOF RPI 30 Ações FIC	Banco Itaú S.A.	13.636
Itaú - FOF Multi Global EQT	Banco Itaú S.A.	3.940
Itaú - Verso B RF FI	Banco Itaú S.A.	18.401
Itaú - Verso RF FI	Banco Itaú S.A.	23.864
Itaú - RF Juros Ocean FI	Banco Itaú S.A.	2.401
Itaú - Verso JM MM FI	Banco Itaú S.A.	11.912
Itaú - Verso U MM FI	Banco Itaú S.A.	21.617
Kinea Equity IV Feeder	Intrag DTVM Ltda.	853
Western Asset Prev	Western	10.100
Imobiliário	Rio Bravo Administradora	3.520
BRAM FI RF IMA GERAL	Banco Bradesco S.A.	122.670
BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS	Banco Bradesco S.A.	45.986
BRADESCO FIM IE YIELD EXPLORER	Banco Bradesco S.A.	1.080
BRADESCO GLOBAL FIA - IE	Banco Bradesco S.A.	5.238
BRAM INST. FDO INVEST. RF IRFM	Banco Bradesco S.A.	4.580
BRAD H FIM LP MACRO	Banco Bradesco S.A.	11.361
BRADESCO FIA SMALL CAP PLUS	Banco Bradesco S.A.	2.914
BRADESCO F.I.A. SELECTION	Banco Bradesco S.A.	1.014
AÇÕES MERC.A VISTA	Banco Bradesco S.A.	43.980
Saldo em 31 dezembro de 2018		391.600

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

Ações	2018
B3 AS ON NM	1.513
BRADESCOPN EB N1	4.079
BRASILON EJ NM	2.598
CEMIGPN N1	1.303
IRBBRASIL REON	1.661
ITAU UNIBANCO PN N1	5.086
ITAUSAPN N1	1.298
LOCALIZAON	815
LOJAS AMERICPN	790
LOJAS RENNERON	1.471
MAGAZ LUIZA ON	1.242
PETROBRASON	1.685
PETROBRASPN	2.783
ULTRAPARON	942
VALE R DOCEON N1	3.459
	Subtotal
	30.725
Outras Ações	13.255
	Total
	43.980

DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS

Fundo	Administrador	2017
Itaú Hedge FI	Banco Itaú S.A.	5.648
Itaú Vértice C RF FI	Banco Itaú. S.A.	1.937
Itaú INDEX ACOES FI	Banco Itaú S.A.	7.242
Itaú US EQUI II FICFIA IE	Banco Itaú S.A.	1.764
Itaú IT INST A PHOENIX FI	Banco Itaú S.A.	1.010
Itaú HEDGE FI	Banco Itaú S.A.	10.136
Itaú UBB MASTER RF IRFM	Banco Itaú S.A.	25.474
Itaú - IU FID W3 FIM	Banco Itaú S.A.	22.674
Itaú - FOF RPI 30 Ações FIC	Banco Itaú S.A.	3.763
Itaú - FOF Multi Global EQT	Banco Itaú S.A.	11.819
Itaú - Verso B RF FI	Banco Itaú S.A.	19.181
Itaú - Verso RF FI	Banco Itaú S.A.	10.262
Itaú - Verso P RF FI	Banco Itaú S.A.	4.053
Itaú - RF Juros Ocean FI	Banco Itaú S.A.	4.055
Kinea PIPE FIA	Intrag DTVM Ltda.	4.378
Imobiliário	Rio Bravo Administradora	3.989
BRAM FI RF IMA GERAL	Banco Bradesco S.A.	114.262
BRADESCO FI MULTIMERCADO PLUS	Banco Bradesco S.A.	43.098
BRADESCO FIM IE YIELD EXPLORER	Banco Bradesco S.A.	2.015
BRADESCO GLOBAL FIA - IE	Banco Bradesco S.A.	13.688
BRAM INST. FDO INVEST. RF IRFM	Banco Bradesco S.A.	4.039
BRAD H FIM LP MACRO	Banco Bradesco S.A.	10.867
AÇÕES MERC.A VISTA	Banco Bradesco S.A.	33.419
Saldo em 31 dezembro de 2017		358.773

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

Ações	2018
AMBEV ON	2.375
B3 AS ON NM	1.324
BRDESCOPN EB N1	2.397
BRASILON EJ NM	945
BRF FOODS ON NM	596
ITAU UNIBANCO PN N1	3.361
ITAUSAPN N1	1.062
PETROBRASON	1.199
PETROBRASPN	1.615
VALE R DOCEON N1	2.823
	Subtotal
	17.697
Outras Ações	15.722
	Total
	33.419

COMPOSIÇÃO POR PRAZO DE VENCIMENTO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a carteira de títulos era composta de:

	Faixas de vencimento (em dias)	2018		2017	
		Valor investido atualizado	Valor de mercado (contábil)	Valor investido atualizado	Valor de mercado (contábil)
Fundos de investimentos	Indeterminado	347.620	347.620	325.354	325.354
Renda Variável – Ações	Indeterminado	43.980	43.980	33.419	33.419
Totais		391.600	391.600	358.773	358.773

PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO PELO VALOR DE MERCADO

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, são adotados os seguintes critérios:

Ações de companhia abertas, pela cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada ou, na falta desta, a cotação mais recente em pregões anteriores, publicada no Boletim Diário da Bolsa de Valores.

Cotas de fundos de investimentos, pelo valor da cota divulgada pelo administrador do fundo na data do balanço.

METODOLOGIA E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE RISCOS

RISCO DE MERCADO

O processo de gerenciamento e de controle do risco de mercado das carteiras da Entidade é feito através do cálculo da divergência não planejada.

RISCO DE CRÉDITO

Para o controle e avaliação do risco de crédito a Entidade utiliza a classificação de risco de crédito das emissões não-bancárias e bancárias das agências classificadoras de risco em funcionamento no País.

RISCO DE LIQUIDEZ

O gerenciamento do risco de liquidez é preocupação constante para a Entidade que mantém um percentual confortável de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata, evitando a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar os compromissos previdenciais no curto prazo.

OPERACIONAL

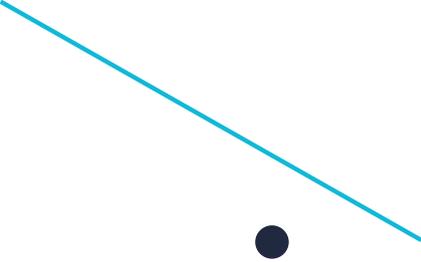
A Entidade registra eventuais perdas operacionais incorridas, realiza avaliações periódicas de suas atividades e processos, identificando os riscos inerentes e a efetividade dos controles praticados e quando necessário implanta planos de ação para mitigar os riscos identificados e aprimorar os controles, mecanismo que resulta em menor exposição a riscos.

LEGAL

Como forma de gerenciar o risco legal, a Entidade avalia todos os contratos junto a seus prestadores que participam do processo de Investimentos da Entidade além de garantir acesso às possíveis mudanças na regulamentação.

SISTÊMICO

Mesmo diante da dificuldade de gerenciar e avaliar o risco sistêmico, a Entidade procura buscar informações no mercado que a auxiliem nesta avaliação e tomar todas as medidas cabíveis sempre que identificar sinais de alerta no mercado.



8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O exigível operacional da Entidade apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Gestão previdencial		
Utilizações a pagar	1.140	1.199
Retenções a Recolher	68	4
Recursos Antecipados	24	24
	1.232	1.227
Gestão administrativa		
Despesas a pagar	229	256
Retenções e tributos a Recolher	84	81
Outras exigibilidades	-	27
	313	364
Programa de investimentos		
Renda variável - mercado de ações a pagar	68	-
	68	-

A totalidade do valor da rubrica outras exigibilidades na gestão administrativa, refere-se a credores diversos.

9. PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS

As provisões matemáticas e os fundos foram constituídos de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário contratado, Towers Watson em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC.

I. PARCELA DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Correspondem às contribuições individuais dos participantes acrescidas das contribuições correspondentes às patrocinadoras.

COMPOSIÇÃO/MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

	Randonprev		
	2017	Constituição (reversão) no exercício	2018
Provisões matemáticas			
Benefícios concedidos	163.920	15.630	179.550
Contribuição Definida	163.898	15.652	179.550
Benefício Definido	22	(22)	-
Benefícios a conceder	173.003	15.745	188.748
Contribuição Definida	166.562	15.070	181.632
Benefício Definido	6.441	675	7.116
	336.923	31.375	368.298

10. EQUILÍBRIO TÉCNICO

A movimentação do superávit técnico, durante o exercício de 2018, pode ser resumida como segue:

	2017	Constituição (reversão) no exercício	2018
Superávit técnico acumulado	14.191	(12.698)	1.493
Reserva de Contingência	1.319	174	1.493
Reserva Especial para Revisão do Plano	12.872	(12.872)	-

A Reserva de Contingência, constituída pelo superávit técnico acumulado, está limitada a 25% (vinte e cinco por cento) das Reservas Matemáticas atuarialmente calculadas, conforme artigo 7 da Resolução CGPC nº 26/2008, servindo de garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos.

Já a Reserva Especial para Revisão do Plano corresponde ao superávit técnico excedente à Reserva de Contingência, conforme estabelece o artigo 8 da Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018. Em 2014 é o segundo ano consecutivo de sua constituição e conforme o artigo 12 da referida Resolução a Entidade poderá rever o plano de benefícios de forma voluntária ou obrigatória após o decurso de três exercícios.

As principais premissas adotadas no cálculo atuarial de 2018 foram as seguintes:

Modalidade	Premissa
Taxa real anual de juros (i)	4,48% a.a.
Projeção de crescimento real de salário (i)	2,08% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários) (i)	100%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios) (i)	97%
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio
Hipótese sobre rotatividade	Experiência Randonprev 2008 a 2012
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 Basic suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1983
Tábua de entrada em invalidez	RRB-1944 Modificada
Tábua de Rotatividade	Experiencia Randonprev 2008 a 2012

(i) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pelas patrocinadoras levando em consideração a expectativa de reajustes salariais de longo prazo.

Foi realizado em 11/2016, estudo de aderência da hipótese de projeção do crescimento real de salários para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006 e na Instrução nº 23 de 26/06/2015, vigentes até 31/12/2018. A hipótese de projeção do crescimento real de salário adotada em 2018 reflete o resultado desse estudo.

A) BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Correspondem ao valor atual dos compromissos futuros da Entidade em relação aos atuais aposentados e pensionistas.

B) BENEFÍCIOS A CONCEDER

B1) PARCELA DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos a serem assumidos pela Entidade, em relação aos participantes e respectivos beneficiários, que ainda não estejam em gozo de suplementação de aposentadorias, e o valor atual das contribuições que por eles e pelas patrocinadoras venham a ser recolhidas aos cofres da Entidade para sustentação dos referidos compromissos (saldo de conta projetado para os benefícios de aposentadoria por invalidez, pensão por morte e benefício mínimo).

FUNDO DE REVERSÃO DE CONTRIBUIÇÕES

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (Fundo Reversão de Contribuições) é constituído pela parte da Conta Patrocinadora que não foi considerada no cálculo dos benefícios do plano e poderá ser utilizado para reduzir as contribuições futuras das patrocinadoras.

Em função da revisão obrigatória do plano de Benefício Randonprev, nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008, foram constituídos em 31/12/2011 os fundos “Fundo Previdencial – participantes 2011” e o “Fundo Previdencial – patrocinadoras 2011”. O Fundo Previdencial – patrocinadoras 2011 foi extinto durante o exercício de 2015. O “Fundo Previdencial – participante 2011”, atribuível aos participantes ativos, assistidos e autopatrocinados do Plano de Benefícios RandonPrev, foi constituído com uma parte da Reserva Especial apurada em 31/12/2011. A parcela da Reserva Especial de 31/12/2011 atribuível aos participantes, assistidos e autopatrocinados foi equivalente a 31,13% da Reserva Especial constituída em 31/12/2011, descontado o valor referente à provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado nessa data. Esse fundo foi segregado entre participante ativo, assistido e autopatrocinado na proporção das suas reservas matemáticas individuais de 31/12/2011. Esse fundo é rentabilizado desde janeiro/2012 de acordo com o retorno dos investimentos do plano.

O percentual aplicado à Reserva Especial constituída em 31/12/2011 para criação do “Fundo Previdencial – participantes 2011” descrito acima foi apurado com base na proporção dos valores correspondentes às contribuições normais realizadas pelos participantes, autopatrocinados e patrocinadora em 2009, 2010 e 2011.

A Randonprev, em função de nova revisão obrigatória do Plano de Benefícios Randonprev, nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008, constituiu em 31/12/2018 os fundos previdenciais “Patrocinadoras 2018” e “Participantes 2018”. Esses fundos foram constituídos considerando a totalidade dos recursos da reserva especial de 31/12/2018.

O Fundo Previdencial “Revisão de Plano Patrocinadoras 2018” será atribuído às patrocinadoras do Plano de Benefícios Randonprev. O valor que cabe a cada patrocinadora será apurado considerando a proporção das provisões matemáticas de cada patrocinadora em relação às provisões matemáticas totais do plano, estruturadas na modalidade de benefício definido, posicionadas em 31/12/2018.

O Fundo Previdencial “Revisão de Plano Participantes 2018” será atribuído aos participantes ativos, autopatrocinados e assistidos na forma prevista na Resolução nº 26/2008. Esse fundo será segregado entre os participantes ativos, autopatrocinados e assistidos existentes em 31/12/2018 na proporção das suas provisões matemáticas individuais, estruturadas na modalidade de benefício definido.

Esses fundos serão atualizados pelo retorno dos investimentos a partir de 1 de janeiro de 2019.

FUNDO ADMINISTRATIVO

É constituído mensalmente e consiste no resultado apurado entre as despesas, receitas e transferências entre Programas, acrescido dos valores relativos à rentabilidade obtida com os investimentos realizados. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo do fundo administrativo é de R\$ 6.966 (R\$ 4.639 em 31 de dezembro de 2017). A movimentação dos fundos, durante o exercício de 2018, pode ser resumida como segue:

	2017	Constituição (reversão) no exercício	2017
Fundo de Reversão	7.096	1.292	8.388
Fundo de Revisão de Plano Participante	670	(97)	573
Fundo de Revisão de Plano Patrocinadora	-	13.796	13.796
Fundo Administrativo	4.639	2.327	6.966
Total dos Fundos	12.405	17.318	29.723

11. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Em atendimento a Resolução CGPC nº 29 de 31 de agosto de 2009, a Resolução CNPC Nº 29, de 13 de abril de 2018 (que revogou a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011) e a Resolução CNPC nº 28 de 6 de dezembro de 2017, a Randonprev elaborou o regulamento próprio do Plano de Gestão Administrativa – PGA sendo o mesmo aprovado pelo Conselho Deliberativo, observando os aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos administrativos da Entidade.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Entidade não apresentava saldos decorrentes de operações conduzidas nos mercados de derivativos financeiros.

13. GOVERNANÇA, GESTÃO E CONTROLES INTERNOS

A Resolução CGPC nº. 13, de 1º. de outubro de 2004, estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar, adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por elas operados, a fim de assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos. A Randonprev em consonância com as boas práticas de governança vem ao longo do tempo introduzindo controles na busca de melhoria dos processos, tendo como consequência mitigação de riscos.

14. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Randonprev podem ser assim consideradas: os Participantes e as Patrocinadoras, cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento do Plano de Benefícios Randonprev para os seus empregados e Dirigentes; e seus administradores, compostos pelos Membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social do Plano. Conforme consta na Política de Investimentos, vigente para o ano de 2017 e 2016, são vedadas as aquisições de quaisquer títulos, inclusive títulos de crédito, de emissão das Patrocinadoras do Plano de benefício administrados pela Randonprev.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Randonprev não mantém saldo decorrentes de transações com partes relacionadas, a não ser pelo curso normal das atividades do plano.

15. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Randonprev não possui litígios ou contingências classificadas como perda possível ou provável.

16. LEGISLAÇÃO

No dia 14 de novembro de 2018 a Previc publicou a Instrução nº 6 que substitui as Instruções nº 31 de 2009, a nº 2 de 2010 e a nº 4 de 2013. Essa Instrução traz as diretrizes para operacionalização de procedimentos previstos na Resolução 4.661 de 2018, e dentre as diretrizes previstas nesse documento, a principal alteração quando comparamos com a Instrução anterior são os itens de Política e Perfis de Investimentos. Também no dia 14 de novembro de 2018, foi publicada a Instrução nº 8, que altera a Instrução Previc nº 10. As alterações referem-se aos prazos de envio das demonstrações contábeis, das demonstrações atuariais e dos prazos dos investimentos, como por exemplo o envio da PI, do DI e do Cadastro de fundos no Sicadi e serão objeto de comunicado específico.

Com relação às normas atuariais, em 30 de novembro de 2018, foi publicada a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, que dispõe sobre as condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação do superávit e no equacionamento do déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, bem como estabelece parâmetros técnicos-atuariais para estruturação de planos de benefícios. Esta resolução revogou as Resoluções CGPC nº 18/2006 e a 26/2008. A resolução poderá ser aplicada para fechamento da avaliação atuarial de 2018, a critério do atuário responsável pelo plano, e obrigatoriamente a partir do exercício de 2019.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018, o valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de equacionamento de equacionamento de déficit e destinação de superávit.

O valor do Ajuste de Precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (4,48% a.a.), e o valor contábil desses títulos.

O plano apresenta reserva especial, no entanto, não será feita a destinação dessa reserva especial, nem tampouco há títulos “marcados na curva”. Sendo assim, o ajuste de precificação definido na Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018, não é aplicável.

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{provisão matemática}$, o que for menor.

Ressaltamos que entende-se por Provisões Matemáticas as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

Ademar Salvador
Diretor Superintendente
CPF n.º 220.575.790-34

Célia Aparecida de Almeida
Contadora
CRC n.º 1SP206004/O-6
CPF n.º 146.736.948-99

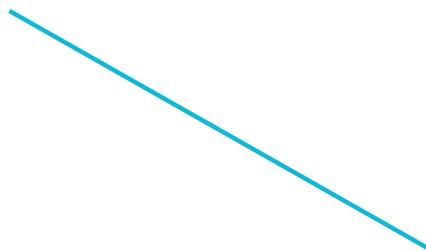
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretores, Participantes e Patrocinadoras da
Randonprev Fundo de Pensão
Porto Alegre - RS

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Randonprev Fundo de Pensão (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Randonprev Fundo de Pensão em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.



BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DOS AUDITORES PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 26 de março de 2019.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento às obrigações estatutárias que lhe são conferidas pelo Estatuto e pela legislação vigente aplicável, os membros do Conselho Fiscal do RANDONPREV – Fundo de Pensão reuniram-se nesta data para apreciar as operações financeiras e contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2018, bem como os atos e as contas apresentados pela Diretoria Executiva do RANDONPREV por meio dos seguintes documentos:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- c) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL do Plano de Benefícios Randonprev comparativa com o exercício anterior;
- e) Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL do Plano de Benefícios Randonprev comparativa com exercício anterior;
- f) Demonstrac o das Provisões Técnicas – DPT do Plano de Benefícios Randonprev comparativa com o exercício anterior;
- g) Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas;
- h) Parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes; e
- i) Parecer Atuarial emitido pela Willis Towers Watson contendo os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios Randonprev do exercício de 2018.

Examinados os documentos acima listados e constatado por este Conselho que as contas apresentadas encontram-se exatas e atendem ao disposto nas normas contábeis e financeiras aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, bem como no Estatuto do RANDONPREV, os membros deste Conselho emitem Parecer favorável às informações constantes das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2018, eis que refletem as atividades do RANDONPREV no referido exercício.

Caxias do Sul, 27 de març o de 2019.

Luiz Carlos de Lima
Presidente

Dionéia Canal
Conselheira

Paulo Sérgio Izaguirre Trindade
Conselheiro

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DE 27/3/2019

No dia 27 (vinte e sete) de março de 2019, às 16:00 horas, na sede social localizada na Av. Abramo Randon, nº 770, na Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo do RANDONPREV – Fundo de Pensão, abaixo assinados. Assumiu a presidência dos trabalhos o Presidente, Sr. Alexandre Randon, que convidou a mim, Alexandre Dorival Gazzi, para secretariar a presente reunião, passando-se à deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia:

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as Demonstrações Contábeis do RANDONPREV relativas ao exercício findo em 31/12/2018.

ESCLARECIMENTOS: De acordo com as disposições estatutárias vigentes do RANDONPREV, foram abertos os trabalhos e constituída a Mesa. Preliminarmente, o Sr. Presidente informou que a presente reunião tem por objetivo deliberar sobre as Demonstrações Contábeis do RANDONPREV relativas ao exercício findo em 31/12/2018. Em seguida, o Sr. Presidente informou, ainda, que para a elaboração das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2018 foram observadas as disposições da Resolução CNPC nº 29/2018. Esclareceu que, em atendimento às disposições constantes do artigo 17 da supracitada Resolução a Diretoria Executiva do RANDONPREV será responsável por encaminhar à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc as Demonstrações Contábeis de 2018 contendo os seguintes documentos: **a)** Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior; **b)** Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior; **c)** Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior; **d)** Demonstração do Ativo Líquido – DAL do Plano de Benefícios Randonprev comparativa com o exercício anterior; **e)** Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL do Plano de Benefícios Randonprev comparativa com exercício anterior; **f)** Demonstração das Provisões Técnicas – DPT do Plano de Benefícios Randonprev comparativa com o exercício anterior; **g)** Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas; **h)** Parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes; **i)** Parecer Atuarial emitido pela Willis Towers Watson contendo os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios Randonprev do exercício

de 2018; **j)** Parecer do Conselho Fiscal do RANDONPREV; e **k)** Manifestação do Conselho Deliberativo do RANDONPREV com aprovação das demonstrações contábeis. Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Presidente ressaltou que os documentos citados nas letras de “a” até “g”, encontram-se assinados e rubricados pelo dirigente máximo do RANDONPREV, bem como pelo profissional de contabilidade devidamente habilitado, ambos identificados pelo seu nome completo, cargo, nº do CPF e nº do CRC – Conselho Regional de Contabilidade, no que diz respeito ao profissional de contabilidade. Destacou que as Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Parecer Atuarial e do Parecer dos Auditores Independentes, foram enviadas para análise do Conselho Fiscal do RANDONPREV, que emitiu parecer favorável, o qual foi encaminhado a este Conselho, juntamente com a documentação pertinente, para análise e deliberação. Salientou que, em atendimento ao disposto na legislação vigente aplicável, a Diretoria Executiva enviará à Previc as Demonstrações Contábeis em conjunto com os documentos pertinentes até o dia 31/3/2019. Considerando que 31/3/2019 é um domingo, a Diretoria Executiva deverá encaminhar os referidos documentos até 29/3/2019.

DELIBERAÇÃO: Após análise e amplo debate entre os membros presentes, foram aprovadas, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2018, as quais refletem as operações financeiras e contábeis do RANDONPREV no referido exercício, restando consignada nesta ata de reunião a manifestação favorável deste Conselho Deliberativo em relação aos documentos apresentados.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes assinada.

Alexandre Randon
Presidente

Alexandre Dorival Gazzi
Vice-Presidente/Secretário

Daniel Raul Randon
Conselheiro

Anderson Pontalti
Conselheiro

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS RANDONPREV

REFERENTE AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2018

INTRODUÇÃO

Este parecer atuarial tem por objetivo apresentar os resultados da avaliação atuarial completa de encerramento do exercício em atendimento à legislação vigente do Plano de Benefícios Randonprev da RANDONPREV – Fundo de Pensão (“Randonprev”). Para fins desta avaliação atuarial foi adotado como data do cadastro 31/07/2018 e como data da avaliação 31/12/2018.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

Após a análise detalhada dos dados e correções feitas pela Randonprev, foi verificado que os dados estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

PATROCINADORES

CNPJ	Razão Social
89.086.144/0001-16	RANDON S.A. IMPLEMENTOS E PARTICIPACOES
09.479.233/0001-93	RANDON IMPLEMENTOS PARA O TRANSPORTE LTDA.
1.922.600.476-89	RAUL ANSELMO RANDON
94.789.468/0001-50	RASIP ALIMENTOS LTDA
90.852.914/0001-73	MASTER SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA
91.108.027/0001-58	RANDON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
00.843.966/0001-90	JOST BRASIL SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA
88.610.126/0001-29	FRAS-LE S.A.
00.016.905/0001-50	RANDONPREV FUNDO DE PENSÃO
08.304.706/0001-59	CASTERTECH FUNDICAO E E TECNOLOGIA LTDA
05.768.706/0001-11	INSTITUTO ELIZABETHA RANDON
87.505.442/0001-78	ASSOCIACAO ESPORTIVA E RECREATIVA SER RANDON
89.280.960/0001-66	COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS RANDON
00.668.790/0001-88	CAIXA DE ASSISTENCIA SISTEMA SAUDE INTEGRAL
88.583.547/0001-08	RAR CORRETORA DE SEGUROS LTDA
94.800.018/0001-11	DRAMD PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO LTDA
11.476.673/0001-39	BANCO RANDON S.A.
90.492.695/0001-69	FREIOS CONTROIL LTDA

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Randonprev – Fundo de Pensão aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios Randonprev. A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 592, de 18/06/2018, publicada no D.O.U. de 27/06/2018.

ESTATÍSTICAS

As estatísticas a seguir estão posicionadas na data-base do cadastro.

PARTICIPANTES ATIVOS¹

Quantidade de Participantes

Ativos	10.064
Autopatrocinados	135
Benefício Proporcional Diferido	72
Idade Média (em anos)	36,0
Tempo Médio de Serviço (em anos)	7,3
Tempo Médio de Contribuição (em anos)	6,6
Tempo Médio para Aposentadoria (em anos)	23,8

1 Apenas o campo quantidade inclui os participantes aguardando benefício proporcional diferido bem como os benefícios proporcionais diferidos presumidos

PARTICIPANTES ASSISTIDOS

Benefício	Quantidade de Benefícios Concedidos	Idade Média dos Assistidos (anos)	Valor Médio do Benefício (R\$)
Aposentadoria Antecipada	0	0,0	0,00
Aposentadoria Normal	236	64,3	3.883,30
Aposentadoria por Invalidez	2	54,5	2.210,27
Benefício Proporcional (recebendo)	0	0,0	0,00
Pensão por Morte	13	66,8	4.201,23

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Randonprev e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios Randonprev conforme determina a redação da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, vigentes até 31/12/2018.

Para a apuração das provisões matemáticas e dos custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

	2018	2017
Taxa Real Anual de Juros	4,48%	4,76%
Projeção de Crescimento Real de Salário	2,08%	2,08%
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Salários	100%	100%
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Ben Entidade	97%	97%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ⁽¹⁾	AT-2000 ⁽¹⁾
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB - 1983	RRB - 1983
Tábua de Entrada em Invalidez	RRB - 1944 modificada	RRB - 1944 modificada
Rotatividade	Experiência Randonprev 2008 a 2012	Experiência Randonprev 2008 a 2012
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio	Cotas do Patrimônio
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	100% na aposentadoria normal	100% na aposentadoria normal
Probabilidade de Opção pelos Institutos		
BPD	10,0%	10%
Resgate	64,0%	64%
Portabilidade	5,0%	5%
Hipótese sobre a Composição de Família de Pensionistas		
Participantes Ativos	93% probabilidade de casado na aposentadoria	93% probabilidade de casado na aposentadoria

1 Segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10% (taxas de mortalidade reduzidas de 10%).

Foi realizado em novembro/2016 estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas constantes nas redações da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, vigentes até 31/12/2018.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

TAXA REAL ANUAL DE JUROS

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determinam a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, a Instrução nº 23 de 26/06/2015, vigentes até 31/12/2018, e a Portaria Previc no 363 de 26/04/2018, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela Randonprev para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano de 31/12/2017, elaborados com as hipóteses constantes no Parecer Atuarial de 2017 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente em 31/12/2017. Quando apurada a TIR dos passivos, foi obtido, com intervalo de confiança de 50%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 4,48% para o Plano de Benefícios Randonprev. Esta taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc no 363/2018 para esse plano (limite inferior: 4,19% a.a. e limite superior: 6,38%). Sendo assim, a Randonprev e as patrocinadoras do Plano de Benefícios Randonprev optaram por utilizar a taxa real anual de juros de 4,48% na avaliação atuarial de 2018. Esse estudo foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Randonprev e está acompanhado de parecer emitido pelo Conselho Fiscal da Randonprev.

PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO

A taxa de projeção do crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios Randonprev, realizou em novembro/2016, estudo de aderência da hipótese de projeção do crescimento real de salários para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e na Instrução nº 23 de 26/06/2015, vigentes até 31/12/2018.

A hipótese de projeção do crescimento real de salário adotada em 2018 reflete o resultado desse estudo.

FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Isso significa que nas projeções de longo prazo, haverá uma perda do poder aquisitivo dos salários e benefícios.

Esse Fator é calculado em função do nível de inflação estimado no longo prazo e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% para os salários reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independente da inflação.

O fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios de 97% reflete o resultado do estudo realizado em novembro/2016.

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas nesta avaliação são as indicadas no estudo de aderência de hipóteses atuariais realizado em novembro/2016 pela Willis Towers Watson.

REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS ATUARIAIS

Benefício	Regime	Método de Financiamento
Aposentadoria Antecipada	Capitalização	Capitalização Financeira
Aposentadoria Normal	Capitalização	Capitalização Financeira
Aposentadoria por Invalidez	Capitalização	Sistema Misto
Benefício Adicional	Capitalização	Capitalização Financeira
Benefício Especial	Capitalização	Capitalização Financeira
Benefício Mínimo	Capitalização	Crédito Unitário
Benefício Proporcional	Capitalização	Capitalização Financeira
Pensão por Morte	Capitalização	Sistema Misto

COMENTÁRIOS SOBRE MÉTODOS ATUARIAIS

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém esse efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja um afluxo suficiente de novos empregados.

Os métodos de financiamento são adequados à natureza do plano e atendem ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, vigente até 31/12/2018.

PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no balancete da Randonprev de 31 de dezembro de 2018, o Patrimônio Social é de R\$ 399.513.774,81.

A Randonprev informou que todos os seus títulos estão enquadrados na categoria “Títulos para Negociação”.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Randonprev.

PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO, PROVISÕES E FUNDOS

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

	(R\$)
2.3 Patrimônio Social	399.513.774,81
2.3.1 Patrimônio de Cobertura do Plano	369.790.763,74
2.3.1.1 Provisões Matemáticas	368.297.799,88
2.3.1.1.01 Benefícios Concedidos	179.549.629,73
2.3.1.1.01.01 Contribuição Definida	179.549.629,73
2.3.1.1.01.01.01 Saldo de Conta dos Assistidos	179.549.629,73
2.3.1.1.01.02 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	0,00
2.3.1.1.02 Benefícios a Conceder	188.748.170,15
2.3.1.1.02.01 Contribuição Definida	181.632.041,15
2.3.1.1.02.01.01 Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	67.902.968,43
2.3.1.1.02.01.02 Saldo de Contas - Parcela Participantes	113.729.072,72
2.3.1.1.02.02 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	5.600.110,00
2.3.1.1.02.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	10.329.641,00
2.3.1.1.02.02.02 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(4.729.531,00)
2.3.1.1.02.02.03 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	1.516.019,00
2.3.1.1.02.03.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	2.704.894,00
2.3.1.1.02.03.02 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(1.188.875,00)
2.3.1.1.02.03.03 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.03 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.2 Equilíbrio Técnico	1.492.963,86
2.3.1.2.01 Resultados Realizados	1.492.963,86
2.3.1.2.01.01 Superávit Técnico Acumulado	1.492.963,86
2.3.1.2.01.01.01 Reserva de Contingência	1.492.963,86
2.3.1.2.01.01.02 Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02 (-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02 Resultados a Realizar	0,00
2.3.2 Fundos	29.723.011,07
2.3.2.1 Fundos Previdenciais	22.757.116,69
2.3.2.1.01 Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	8.388.065,70
2.3.2.1.02 Revisão de Plano	14.369.050,99
2.3.2.1.02.01.01 Revisão de Plano - Participantes 2011	308.578,23
2.3.2.1.02.02.01 Revisão de Plano - Patrocinadora 2018	13.796.135,87
2.3.2.1.02.02.02 Revisão de Plano - Participantes 2018	264.336,89
2.3.2.2 Fundos Administrativos	6.965.894,38
2.3.2.2.01 Plano de Gestão Administrativa	6.965.894,38

DURAÇÃO DO PASSIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS

A duração do passivo é de 131,76 meses calculada com base nos resultados desta avaliação atuarial adotando a metodologia definida pela Previc na Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006, vigente até 31/12/2018, e na Portaria nº 86 de 01/02/2019.

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

De acordo com o Art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times$
Provisão Matemática

Limite Máximo	Limite pela fórmula	Menor limite	Limite da Reserva de Contingência
25%	$10\% + (1\% \times 10,98)$	20,98%	1.492.963,86

Ressaltamos que Provisões Matemáticas são as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO

Em 31/12/2018, a Reserva Especial para Revisão de Plano antes de sua destinação monta a quantia de R\$ 14.060.472,76.

Temos o seguinte histórico da Reserva Especial para Revisão de Plano deste plano:

Encerramento do exercício em	Ano consecutivo de constituição	Reserva Especial	Valor destinado para o Fundo de Revisão	Reserva Especial após destinação para o Fundo de Revisão
31/12/2018	3º	14.060.472,76	14.060.472,76	0,00
31/12/2017	2º	12.872.476,11	0,00	12.872.476,11
31/12/2016	1º	5.515.501,72	0,00	5.515.501,72

Assim, nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018, a Reserva Especial foi destinada em sua totalidade.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018, o valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de equacionamento do déficit. E no caso de distribuição de superavit, o valor do ajuste de precificação, quando negativo, será deduzido do valor a ser distribuído.

O valor do Ajuste de Precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (4,48% a.a.), e o valor contábil desses títulos.

O Plano de Benefícios Randonprev apresenta reserva especial, no entanto não há títulos “marcados na curva”. Sendo assim, o ajuste de precificação definido na Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018, não é aplicável.

REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

O Fundo Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (Fundo de Revesão de Contribuições) é constituído pela parte da Conta Patrocinadora que não foi considerada no cálculo dos benefícios do plano e poderá ser utilizado para reduzir as contribuições futuras das patrocinadoras.

Em função da revisão obrigatória do Plano de Benefícios Randonprev, nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008, foram constituídos em 31/12/2011 os fundos “Fundo Previdencial – participantes 2011” e o “Fundo Previdencial – patrocinadoras 2011”. O “Fundo Previdencial – patrocinadoras 2011” foi extinto durante o exercício de 2015. O “Fundo Previdencial – participantes 2011”, atribuível aos participantes ativos, assistidos e autopatrocinados do Plano de Benefícios Randonprev, foi constituído com uma parte da Reserva Especial apurada em 31/12/2011. A parcela da Reserva Especial de 31/12/2011 atribuível aos participantes, assistidos e autopatrocinados foi equivalente a 31,13% da Reserva Especial constituída em 31/12/2011, descontado o valor referente à Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado nessa data. Esse fundo foi segregado entre participante ativo, assistido e autopatrocinado na proporção das suas reservas matemáticas individuais de 31/12/2011. Esse fundo é rentabilizado desde janeiro/2012 de acordo com o retorno dos investimentos do plano.

O percentual aplicado à Reserva Especial constituída em 31/12/2011 para criação do “Fundo Previdencial – participantes 2011” descrito acima foi apurado com base na proporção dos valores correspondentes às contribuições normais realizadas pelos participantes, autopatrocinados e patrocinadoras em 2009, 2010 e 2011.

A Randonprev, em função de nova revisão obrigatória do Plano de Benefícios Randonprev, nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008, constituiu em 31/12/2018 os

fundos previdenciais “Patrocinadoras 2018” e “Participantes 2018”. Esses fundos foram constituídos considerando a totalidade dos recursos da reserva especial de 31/12/2018. Para destinação da reserva especial foi adotada a proporção das contribuições normais, para custeio dos benefícios estruturados na modalidade de benefício definido, efetuadas pelas patrocinadoras e autopatrocinados durante o período em que foi constituída a reserva especial, ou seja, 2016, 2017 e 2018, a saber: 1,88% para participantes e 98,12% para as patrocinadoras.

O Fundo Previdencial “Revisão de Plano Patrocinadoras 2018” foi constituído com 98,12% dos R\$ 14.060.472,76 e será atribuído às patrocinadoras do Plano de Benefícios Randonprev da Randonprev. O valor que cabe a cada patrocinadora será apurado considerando a proporção das provisões matemáticas de cada patrocinadora em relação às provisões matemáticas totais do plano, estruturadas na modalidade de benefício definido, posicionadas em 31/12/2018.

O Fundo Previdencial “Revisão de Plano Participantes 2018” foi constituído com 1,88% dos R\$ 14.060.472,76 e atribuído aos participantes ativos, autopatrocinados e assistidos na forma prevista na Resolução nº 26/2008. Esse fundo será segregado entre os participantes ativos, autopatrocinados e assistidos existentes em 31/12/2018 na proporção das suas provisões matemáticas individuais, estruturadas na modalidade de benefício definido.

Esses fundos serão atualizados pelo retorno dos investimentos a partir de janeiro de 2019.

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2018 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2017 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2018.

	Valores em R\$ de 31/12/2018		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	368.297.799,88	367.910.432,29	0,11%
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>179.549.629,73</i>	<i>179.549.727,78</i>	<i>0,00%</i>
Contribuição Definida	179.549.629,73	179.549.629,73	-
Benefício Definido	0,00	98,05	-100,00%
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>188.748.170,15</i>	<i>188.360.704,51</i>	<i>0,21%</i>
Contribuição Definida	181.632.041,15	181.632.041,15	-
Benefício Definido	7.116.129,00	6.728.663,36	5,76%

Comparando o Passivo Atuarial reavaliado no exercício encerrado no valor de R\$ 368.297.799,88 com o do exercício anterior atualizado para 31/12/2018, a variação encontrada é de 0,11%.

Convém ressaltar que 1,93% (R\$ 7.116.129,00) do Passivo Atuarial de R\$ 368.297.799,88 é determinado atuarialmente com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela de benefício definido das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e à parcela das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder relativa aos benefícios de risco e/ou benefício mínimo. Os 98,07% restantes (R\$ 361.181.670,88) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Randonprev.

A alteração da taxa de juros de 4,76% para 4,48% e a experiência da população justificam a variação nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder.

A eliminação da provisão de benefício definido dos benefícios concedidos deve-se a extinção do pagamento de um benefício por renda certa (reajustada pelo INPC) cuja data do término do benefício foi 01/12/2018.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Os riscos atuariais são monitorados através de estudos regulares de aderência de hipóteses, conforme legislação vigente, e podem ser mitigados através da adequação das hipóteses aos resultados desses estudos. As hipóteses que causam maior impacto são: taxa real anual de juro, tábua de mortalidade geral, crescimento real de salários e rotatividade.

VARIAÇÃO DO RESULTADO

O superavit aumentou de R\$ 14.191.030,31 em 31/12/2017 para R\$ 15.553.436,62 em 31/12/2018, antes da destinação da reserva especial para revisão de plano.

NATUREZA DO RESULTADO

O superavit do Plano de Benefícios Randonprev do RANDONPREV – Fundo de Pensão decorre da alteração no perfil da população, dos retornos dos investimentos obtidos ao longo dos anos anteriores, bem como da reversão do Fundo de Ganhos e Perdas Atuariais existente no balancete de 31/12/2008 em função da Resolução CGPC nº 26/2008. O aumento do superavit em 2018, antes da destinação da reserva especial para revisão de plano, deve-se às oscilações favoráveis do patrimônio no exercício.

PLANO DE CUSTEIO

PATROCINADORAS

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras deverão efetuar, a partir de 01/01/2019:

- contribuições mensais normais equivalentes a 0,15% da folha de salários de participantes, do plano, correspondentes ao custo normal;

	Custo do Ano (%)
Invalidez e Morte	0,047%
Benefício Mínimo	0,086%
Benefício Proporcional Diferido	0,017%
Total	0,150%

- contribuições definidas no regulamento estimadas em 0,84% da folha de salários de participantes correspondente à contribuição normal e 0,003% correspondente à contribuição especial, na hipótese de todos os empregados elegíveis a efetuar contribuições pelo plano o façam pelo percentual máximo.

O custeio para as despesas administrativas em 2019 será feito através dos recursos contabilizados no Fundo Administrativo.

PARTICIPANTES

As contribuições mensais dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano, que foram estimadas em 31/12/2018 em 0,76% da folha de salários, sendo 0,73% correspondente à contribuição básica e 0,03% correspondente à contribuição adicional, tomando por base os dados cadastrais posicionados em 31/07/2018.

AUTOPATROCINADOS E BENEFÍCIOS PROPORCIONAIS DIFERIDOS

Os participantes autopatrocinados deverão efetuar as contribuições de participantes e patrocinadoras definidas no regulamento, além da contribuição de 0,15% do salário de participação para cobertura do Benefício Mínimo e da parcela de Benefício Definido dos benefícios do plano.

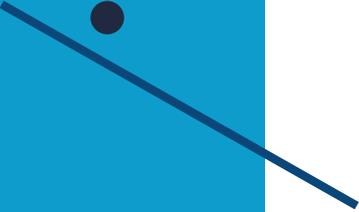
Os participantes autopatrocinados e os que estão em aguardo do recebimento do benefício proporcional diferido não efetuarão contribuições para custeio das despesas administrativas no exercício de 2019.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Apresentamos a seguir quadro comparativo dos percentuais indicados para o novo plano de custeio a vigorar a partir de 01/01/2019 com o plano de custeio anterior:

Valor (%)	Novo Plano de Custeio a vigorar a partir de 01/01/2019			Plano de Custeio anterior		
	Participantes	Assistidos	Patrocinador	Participantes	Assistidos	Patrocinador
Custos em % da folha de salários de participantes do plano						
Total de Contribuições Previdenciárias	0,76%	0,00%	0,99%	0,59%	0,00%	1,29%
Normais	0,76%	0,00%	0,99%	0,59%	0,00%	1,29%
Extraordinárias						
Déficit Equacionado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Serviço Passado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outras Finalidades	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%



CONCLUSÃO

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios Randonprev da RANDONPREV – Fundo de Pensão, informamos que o plano está solvente, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano.

As provisões matemáticas apresentadas neste parecer são estimativas e baseadas em premissas sobre eventos futuros. Determinadas regras do plano, julgadas imateriais do ponto de vista atuarial, não são avaliadas. Outras regras são calculadas por aproximação na avaliação atuarial para apuração dos compromissos do plano. A Willis Towers Watson adota aproximações em seus cálculos que, de acordo com sua avaliação, não resultam em diferença expressiva em relação aos resultados que seriam obtidos usando cálculos mais detalhados ou dados mais precisos.

As premissas atuariais adotadas foram determinadas através de estudos de aderência elaborados conforme a legislação vigente.

Futuras avaliações atuariais podem apresentar resultados diferentes dos registrados neste parecer devido a diversos fatores, dentre eles destacamos: experiência do plano diferente da prevista nas premissas econômicas ou demográficas; alteração nas premissas econômicas ou demográficas; mudança nas regras do plano e/ou na legislação; e eventos significativos ocorridos nas patrocinadoras, tais como reestruturações, aquisições e alienações.

Os resultados apresentados neste parecer estão diretamente vinculados à precisão e integridade dos dados e informações de responsabilidade da entidade e suas patrocinadoras.

Este parecer atuarial foi elaborado para o RANDONPREV – Fundo de Pensão com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2018. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com o RANDONPREV – Fundo de Pensão em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019.

Natasha Leal Ayres
MIBA nº 930

Carla Maria S. Assunção Lobianco
MIBA nº 842

Louise Ferreira Pinho
MIBA nº 3.314

ALTERAÇÕES NAS REGRAS

MUDANÇAS IMPORTANTES

ALTERAÇÕES NO REGULAMENTO

Em 2018, o regulamento do Plano de Benefícios Randonprev também passou por mudanças. As alterações tratam de temas como: beneficiários, opções de pagamento, perfil de investimento e falecimento do beneficiário. Na ocasião da aprovação pela PREVIC, em julho do ano passado, as novas regras foram divulgadas por meio de comunicado a todos os participantes com quadros comparativos trazendo o “antes” e o “depois” do regulamento. Veja regulamento completo no nosso site, clicando em “A Entidade” > “Documentos Institucionais”.





*RANDON***PREV**